

CENTRO DE AQUISIÇÕES ESPECIFICAS

Termo de Referência 56/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
56/2026	120195-CENTRO DE AQUISIÇÕES ESPECIFICAS	VAGNER HENRIQUE DANTAS DOS SANTOS	31/03/2026 08:42 (v 0.8)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação/Bens de TIC		Após envio à OM executora

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de equipamentos sobressalentes de armazenamento (HDD e SSD), compatíveis com os storages NIMBLE instalados nos regionais, destinados à reposição preventiva e corretiva dos sistemas de armazenamento que suportam os sistemas SAGITÁRIO e DACOM.

Item	Especificação	CATMAT	Unidade de Medida	Part Number	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	SSD Samsung MZ7LH240HAHQ-00005 240Gb PM883 Sata-6Gbps 2.5inch Ssd	604130	UNID	MZ7LH240HAHQ-00005	9	R\$ 1.267,43	R\$ 11.406,87
2	HDD Seagate ST1000NM0045 exos 7E8 1tb 7.2 k sas-12gbps 3.5 inch hdd	632554	UNID	ST1000NM0045	43	R\$ 1.175,68	R\$ 50.554,24
TOTAL							R\$ 61.961,11

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Classificação do objeto como bem de luxo

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

Prazo de vigência

1.4. O prazo de vigência da contratação será de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento da nota de empenho pela contratada, limitado ao período necessário ao cumprimento das obrigações contratuais, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021. Considerando tratar-se de aquisição de bens com entrega em remessa única e sem caráter continuado, não se aplica prorrogação contratual para execução do objeto, ressalvadas hipóteses de garantia e suporte legalmente previstas.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação decorre da necessidade de sustentação e continuidade operacional das soluções de Tecnologia da Informação mantidas pela CISCEA, essenciais ao funcionamento das atividades do SISCEAB.

2.2. Os sistemas SAGITÁRIO e DACOM dependem diretamente de infraestrutura de armazenamento de alto desempenho e alta disponibilidade, responsável pela guarda de dados operacionais críticos, registros de tráfego aéreo, informações estratégicas e históricos operacionais.

2.3. A inexistência de estoque técnico de peças sobressalentes eleva o risco de indisponibilidade prolongada, aumento do tempo médio de reparo (MTTR) e possível interrupção de serviços essenciais à navegação aérea.

2.4. Dessa forma, a contratação visa mitigar riscos operacionais, assegurar continuidade do serviço público e manter os níveis de disponibilidade e confiabilidade exigidos para ambientes críticos de missão.

2.5. A demanda encontra amparo jurídico na Lei nº 14.133, na Instrução Normativa SGD/ME nº 94, bem como no art. 6º, inciso VI, da Portaria SGD/MGI nº 5.950/2023 e no art. 5º, inciso III, da Portaria SGD/ME nº 750/2021, instrumentos que estabelecem diretrizes para o planejamento, a governança e a sustentação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicações no âmbito da Administração Pública Federal.

2.6. Esta seção tem por finalidade descrever de forma objetiva a necessidade administrativa e a situação-problema que a contratação busca solucionar, evidenciando o nexo entre a demanda operacional e os objetivos institucionais do Comando da Aeronáutica (COMAER), por intermédio do Parque de Material de Eletrônica da Aeronáutica do Rio de Janeiro (PAME-RJ).

2.7. O presente processo visa à aquisição de equipamentos sobressalentes (HDD e SSD) destinados aos *storages* NIMBLE instalados nos regionais que suportam os sistemas SAGITÁRIO e DACOM, com o propósito de garantir disponibilidade, confiabilidade, desempenho e segurança das infraestruturas de armazenamento de dados que sustentam as operações de controle do espaço aéreo, em conformidade com as normas e diretrizes expedidas pelo Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA).

2.8. As quantidades previstas foram dimensionadas com base nas necessidades mínimas essenciais ao atendimento das demandas operacionais e na estratégia de mitigação de riscos de indisponibilidade, assegurando a continuidade, a integridade e a plena operacionalidade dos sistemas críticos do SISCEAB, especialmente o Sistema Avançado de Gerenciamento de Informações de Tráfego Aéreo e Relatórios de Interesse Operacional (SAGITÁRIO) e o Sistema de Defesa Aérea e Circulação Operacional Militar (DACOM).

2.9. O objeto da contratação encontra-se previsto no Plano de Contratações Anual 2026 da Organização Militar, conforme registrado no PNCP, observando o alinhamento ao PDTIC e ao planejamento estratégico institucional.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. A solução de TIC consiste em garantir a continuidade operacional, a confiabilidade e o suporte aos sistemas geridos pelo Parque de Material de Eletrônica da Aeronáutica do Rio de Janeiro (PAME-RJ), no âmbito do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB).

3.3. A solução consiste na aquisição de equipamentos sobressalentes HDD e SSD (Samsung MZ7LH240HAHQ-00005 240Gb PM883 Sata-6Gbps 2.5inch Ssd e Seagate ST1000NM0045 exos 7E8 1tb 7.2k sas-12gbps 3.5inch hdd) para os storages NIMBLE instalados nos Regionais utilizados pelo SAGITÁRIO e DACOM.

3.4. A necessidade administrativa consiste na manutenção da capacidade operacional dos storages corporativos utilizados pelos sistemas SAGITÁRIO e DACOM, instalados nos regionais do Comando da Aeronáutica, por intermédio do Parque de Material de Eletrônica da Aeronáutica do Rio de Janeiro.

3.5. Tais infraestruturas armazenam dados operacionais críticos, históricos de voo, informações de tráfego aéreo e registros de interesse operacional, cuja indisponibilidade pode comprometer a segurança, a coordenação e a eficiência das operações de controle do espaço aéreo conduzidas pelo Departamento de Controle do Espaço Aéreo.

3.6. A ausência de peças sobressalentes compatíveis compromete a pronta substituição de componentes defeituosos, aumentando o tempo de recuperação (MTTR) e elevando o risco de interrupções de serviços essenciais.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Requisitos de Negócio

4.1. Os requisitos de negócio foram definidos para garantir que a contratação atenda integralmente às necessidades institucionais do Parque de Material de Eletrônica da Aeronáutica do Rio de Janeiro (PAME-RJ). Esses sistemas são essenciais para a gestão e disseminação de informações aeronáuticas, sustentando atividades críticas do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB) e assegurando a segurança, regularidade e eficiência da navegação aérea nacional.

4.2. A contratação está alinhada às diretrizes estabelecidas nas Portarias SGD/MGI nº 5.950, de 2023, e SGD/ME nº 750, de 2021, que orientam o planejamento, a governança e a gestão de contratações de TIC no âmbito da Administração Pública Federal.

4.3. Os requisitos de negócio tem como finalidade:

- a) Assegurar a continuidade dos serviços críticos de TIC, garantindo a disponibilidade, desempenho e confiabilidade dos sistemas, que sustentam a operação do SISCEAB;
- b) Atender a uma necessidade institucional recorrente de reposição de sobressalentes, considerando a essencialidade e habitualidade das atividades desempenhadas pelo PAME-RJ;
- c) Garantir a transferência de conhecimento técnico entre a contratada e as equipes do ICA/PAME-RJ, reduzindo a dependência tecnológica e fortalecendo a capacidade técnica interna;
- d) Cumprir os objetivos estratégicos de governança e gestão de TIC, conforme previsto nas Portarias SGD/MGI nº 5.950/2023 e SGD/ME nº 750/2021, observando os princípios da economicidade, eficiência, transparência e sustentabilidade;

e) Garantir a economicidade e vantajosidade da contratação, considerando o caráter continuado do serviço e a necessidade de vigência plurianual, viabilizada por renovações sucessivas; e

f) Manter a aderência às normas e padrões nacionais e internacionais de informação aeronáutica (ICAO, DECEA, ANAC), assegurando a confiabilidade e a interoperabilidade das informações tratadas pelos sistemas.

4.4. Os requisitos de negócio tem como Alinhamento Estratégico

4.4.1. Os requisitos de negócio encontram-se alinhados ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) da Aeronáutica, bem como ao Plano de Contratações Anual (PCA) da Organização Militar, conforme as seguintes metas e diretrizes.

4.4.2. A observância a esses instrumentos assegura o alinhamento da contratação com o planejamento estratégico da Força Aérea Brasileira, garantindo coerência entre as demandas tecnológicas e os objetivos institucionais do Comando da Aeronáutica

4.4.3; A contratação dos HD STORAGES , está alinhada às diretrizes da Estratégia Federal de Governo Digital (EGD) e do Plano Diretor de TIC (PDTIC) do Comando da Aeronáutica. Esses sobressalentes são essenciais para a gestão e armazenamento de informações aeronáuticas críticas do SISCEAB, garantindo a segurança da navegação aérea e o cumprimento das normas da ICAO e do DECEA. A continuidade de seu funcionamento assegura a integridade, a disponibilidade e a atualização permanente dos dados que subsidiam publicações oficiais. A medida contribui diretamente para o fortalecimento da infraestrutura digital do Estado, conforme a meta 3.3 da EGD 2020–2025, e reforça o princípio da continuidade dos serviços públicos digitais, previsto na Lei nº 14.133/2021. Ao garantir tal armazenamento, essa aquisição promove a eficiência, a interoperabilidade e a conformidade com padrões internacionais, alinhando-se aos objetivos de transformação digital e governança de TIC estabelecidos pelo Governo Federal.

Requisitos de Capacitação

4.5. Não faz parte do escopo da contratação a realização de capacitação técnica na utilização dos recursos relacionados ao objeto da presente contratação;

Requisitos Legais

4.6. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133, de 2021, à Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, Lei nº 13.709, de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e a outras legislações aplicáveis;

Requisitos de Manutenção

4.7. Não se aplica ao caso concreto.

Requisitos Temporais

4.8. A entrega dos equipamentos deverá ocorrer em até 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento da Nota de Empenho, em remessa única. Em caso de impossibilidade devidamente justificada, poderá ser concedida prorrogação, desde que previamente autorizada pela Administração.

Requisitos de Segurança e Privacidade

4.9. A solução deverá atender aos princípios e procedimentos elencados na Política de Segurança da Informação do Contratante.

4.10. Esta contratação observa integralmente as diretrizes e boas práticas estabelecidas pelo Governo Federal em matéria de Segurança da Informação e Privacidade.

4.11. Ao adotar tais referenciais, a contratação assegura que o armazenamento das informações de acordo com as melhores práticas de gestão de riscos cibernéticos, proteção de dados pessoais e sensíveis, controle de acesso, auditoria e integridade das informações. Essa conformidade reforça o compromisso institucional com a governança de

TIC e com a proteção das informações aeronáuticas críticas processadas no âmbito do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB), garantindo a continuidade segura, confiável e em conformidade com as normas federais de segurança digital e privacidade da informação.

4.12. Dessa forma, a contratação garante que as atividades sejam executadas em conformidade com os requisitos mínimos de proteção de dados, controle de acesso, integridade das informações e segurança cibernética, assegurando a confidencialidade e a disponibilidade dos sistemas críticos do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB). Essa aderência reforça o compromisso institucional com a governança de TIC, a proteção de informações sensíveis e o atendimento às normas federais de segurança digital, contribuindo para a continuidade segura e confiável dos serviços prestados pelo SISCEAB.

Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

4.13. Os serviços devem estar aderentes às diretrizes sociais, ambientais e culturais, para estar em conformidade com costumes, idiomas e ao meio ambiente, dentre outros, observando-se, inclusive, no que couber, o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, e suas atualizações, elaborado pela Câmara Nacional de Sustentabilidade da Controladoria Geral da União/Advocacia Geral da União

Requisitos da Arquitetura Tecnológica

4.14. Os serviços deverão ser executados observando-se as diretrizes de arquitetura tecnológica estabelecidas pela área técnica da Contratante.

Requisitos de Projeto e de Implementação

4.15. Os requisitos da contratação são as condições indispensáveis para a solução atender à pretensão contratual, tais como a indicação da natureza do serviço, os padrões mínimos de qualidade, os critérios de sustentabilidade.

4.16. Em uma eventual interrupção do fornecimento da solução deverão ser adotadas medidas de continuidade conforme a fase contratual.

Requisitos de Implantação

4.15. Não se aplica a esse processo de contratação, pois o PAME-RJ é responsável pela Manutenção, e a CISCEA pela implantação.

Requisitos de Garantia, Manutenção e Assistência Técnica

4.16. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) e suas atualizações.

Requisitos de Metodologia de Trabalho

4.17. O fornecimento dos equipamentos está condicionado ao recebimento pelo Contratado de Ordem de fornecimento de Bens (OFB) emitida pela Contratante.

4.18. A OFB indicará o tipo de equipamento, a quantidade e a localidade na qual os equipamentos deverão ser entregues.

4.19. O contratado deverá disponibilizar canal de atendimento para registro de ocorrências por meio eletrônico em dias úteis, no horário comercial, sem prejuízo de outros meios de comunicação formal definidos neste Termo de Referência.

Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade

4.20. A Contratada deverá observar integralmente os requisitos de Segurança da Informação e Privacidade previstos pela Contratante e deverá ter alto desempenho, disponibilidade, escalabilidade e robustez.

4.21. A contratação observa integralmente as diretrizes e boas práticas de Segurança da Informação e Privacidade estabelecidas pelo Governo Federal, assegurando que todas as atividades sejam executadas conforme os requisitos mínimos de proteção de dados, controle de acesso, integridade das informações e segurança cibernética. Ao adotar

tais referenciais, a contratação garante a aplicação das melhores práticas de gestão de riscos cibernéticos, proteção de dados pessoais e sensíveis, auditoria e governança de TIC, reforçando o compromisso institucional com a proteção das informações aeronáuticas críticas processadas no âmbito do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB). Essa conformidade contribui para a continuidade segura, confiável e em conformidade com as normas federais de segurança digital e privacidade da informação, assegurando a confidencialidade, disponibilidade e integridade dos sistemas e dos serviços prestados pelo SISCEAB.

4.22. A contratada deverá guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, bem como sobre o acesso às instalações militares e aeroportuárias em que serão instalados máquinas e equipamentos necessários à execução contratual. Importante salientar que essa contratação seguirá o previsto na Norma de Sistema que dispõe sobre a Segurança da Informação e Defesa Cibernética nas Organizações do Comando da Aeronáutica (NSCA 7-13/2025).

4.23. O processo de aquisição de sobressalentes está plenamente integrado à Governança de TIC do COMAER, em conformidade com as diretrizes do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) e da Estratégia de Governo Digital (EGD 2020-2025).

4.24. Os mecanismos de gestão, supervisão e controle estão sob coordenação do Comitê de Governança Digital do COMAER e observam a Política de Segurança da Informação (PSI/COMAER) e as orientações do Departamento de Tecnologia da Informação (DTI/DECEA) quanto à proteção de dados, continuidade de serviços e resiliência cibernética.

4.25. Em observância ao disposto no art. 4º da Portaria SGD/MGI nº 5.950/2023 e ao Ato Normativo sobre o Uso Seguro de Computação em Nuvem no âmbito da Administração Pública Federal (Instrução Normativa GSI/PR nº 5 /2021), o serviço de armazenamento das informações através da compra de material sobressalente será executado em ambiente controlado pelo DECEA, admitindo-se o uso de infraestrutura on-premises híbrida apenas para fins de armazenamento redundante e contingência, mediante prévia autorização do Gestor de Segurança da Informação.

4.26. A contratação encontra-se, portanto, alinhada às políticas de governança de TIC, segurança da informação e uso seguro de computação em nuvem, assegurando a conformidade com a Portaria SGD/MGI nº 5.950/2023, a Portaria SGD/ME nº 750/2021 e a Lei nº 14.133/2021.

Sustentabilidade

4.27. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis. A contratada deverá observar práticas de sustentabilidade aplicáveis ao fornecimento de equipamentos de TIC, incluindo:

- 4.27.1. destinação ambientalmente adequada de resíduos eletrônicos;
- 4.27.2. observância da logística reversa, quando aplicável;
- 4.27.3. conformidade com normas de eficiência energética e restrição a substâncias perigosas (RoHS); e
- 4.27.4. adoção de embalagens recicláveis ou reutilizáveis, quando possível.

Indicação de marcas ou modelos:

4.28. A indicação das marcas e modelos especificados (Samsung MZ7LH240HAHQ-00005 e Seagate ST1000NM0045) decorre de necessidade de compatibilidade técnica plena com os storages NIMBLE instalados, incluindo:

- 4.28.1. homologação do fabricante do storage quanto ao firmware e controladoras;
- 4.28.2. preservação da garantia e suporte do equipamento principal;
- 4.28.3. manutenção da interoperabilidade e desempenho do sistema de armazenamento;
- 4.28.4. mitigação de riscos operacionais decorrentes de incompatibilidade de hardware; e
- 4.28.5. padronização tecnológica já consolidada no ambiente do SISCEAB.

4.29. Assim, nos termos do art. 41, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, admite-se a indicação de marca por motivo técnico devidamente justificado, conforme detalhamento constante do Estudo Técnico Preliminar.

Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

4.30. Com base nas informações descritas neste Termo de Referência, e tendo em vista a padronização técnica, não serão aceitos produtos ou marcas distintas da indicada, conforme justificativas técnicas e operacionais contidas no ETP.

Da exigência de carta de solidariedade

4.31. Não se aplica ao caso concreto.

Subcontratação

4.32. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Da exigência de amostra

4.33. Considerando tratar-se de contratação específica de um material sobressalente SSD Samsung 240 GB e HDD - Exos 7e8 1tb Hard Drive), fica dispensada a exigência de amostras.

Garantia da contratação

4.34. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Informações relevantes para o [dimensionamento E/OU apresentação] da proposta

4.35. A Contratada deverá considerar o cumprimento da especificação dos itens;

4.36. Discriminação de todos os impostos incidentes e incluídos nos preços.

4.37. Prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 60 dias

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:

4.38. Na presente disputa de licitação, será realizada conforme preconiza a LC123/06 sendo de participação exclusiva para Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Sociedades Cooperativas.

Margem de Preferência

4.39. O objeto da contratação não se enquadra em hipótese de aplicação de margem de preferência, tendo em vista tratar-se de fornecimento de bens comuns de tecnologia da informação (HDD e SSD sobressalentes), inexistindo decreto específico que estabeleça margem de preferência normal ou adicional para o presente objeto.

5. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

5.1. São obrigações da CONTRATANTE:

5.1.1. nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;

5.1.2. encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;

5.1.3. receber o objeto fornecido pelo Contratado que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;

- 5.1.4. aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;
- 5.1.5. liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;
- 5.1.6. comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;
- 5.1.7. definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte do Contratado, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável; e
- 5.1.8. prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer.

5.2. São obrigações do CONTRATADO:

- 5.2.1. indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à Contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;
- 5.2.2. atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- 5.2.3. reparar quaisquer danos diretamente causados à Contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução do contrato pela Contratante;
- 5.2.4. propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela Contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;
- 5.2.5. manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;
- 5.2.6. quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;
- 5.2.7. quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;
- 5.2.8. ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração; e
- 5.2.9. fazer a transição contratual, com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução do contrato, quando for o caso.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

Rotinas de Execução

Do Encaminhamento Formal de Demandas

- 6.1. O gestor do contrato emitirá a Ordem de fornecimento de bens (OFB) para a entrega dos bens desejados.
- 6.2. O Contratado deverá fornecer equipamentos com as mesmas configurações e quantidades definidas na OFB.

6.3. O recebimento provisório e definitivo dos bens é disciplinado em tópico próprio deste TR.

Forma de execução e acompanhamento do contrato

Condições de Entrega

6.4. O prazo de entrega dos bens é de 10 dias, contados a partir da emissão da Ordem de Fornecimento, em remessa única, conforme prevê o art. 145 da Lei nº 14.133 /2021, sendo vedado pagamento antecipado., em remessa única.

6.5. Em caso de impossibilidade de entrega dentro do prazo estipulado, por motivo justificado, o Contratado deverá comunicar formalmente à Administração com antecedência mínima de 10 (dez) dias, a fim de que eventual pleito de prorrogação seja analisado. Serão admitidas exceções em casos de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovados.

6.6. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço:

SUBDIVISÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO OPERACIONAL (IOP) do Parque de Material de Eletrônica da Aeronáutica do Rio de Janeiro – PAME-RJ, Rua General Gurjão, 4 Caju – Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20931-040.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

6.7. Não se aplicam procedimentos de transição e finalização do contrato, tendo em vista tratar-se de aquisição de bens com entrega em remessa única, sem transferência de conhecimento, absorção de serviços ou substituição contratual.

Quantidade mínima de bens ou serviços para comparação e controle

6.8. Cada OFB conterá a quantidade a ser fornecida, incluindo a sua localização e o prazo, conforme definições deste TR.

Mecanismos formais de comunicação

6.9. *São definidos como mecanismos formais de Comunicação, entre a Contratante e o Contratado, os seguintes:*

I) Ordem de Fornecimento de Bens;

II) Ata de Reunião;

III) Ofício;

IV) Sistema de abertura de chamados; e

V) E-mails e Cartas.

Formas de Pagamento

6.10. Os critérios de medição e pagamento serão tratados em tópico próprio do Modelo de Gestão do Contrato.

Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança

6.11. O Contratado deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados, informações, documentos, sistemas, mídias, credenciais de acesso ou registros operacionais a que tiver acesso em decorrência da execução do contrato, incluindo aqueles armazenados nos equipamentos e respectivos meios de armazenamento, comprometendo-se a não divulgar, reproduzir, utilizar ou permitir o acesso por terceiros, sob qualquer pretexto, sob pena de responsabilidade civil, administrativa e penal, independentemente da classificação de sigilo atribuída pelo Contratante. O dever de sigilo permanecerá válido durante a vigência contratual e após o seu encerramento, observadas as disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), bem como as normas internas de Segurança da Informação do COMAER.

6.12. O Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal do Contratado, e o Termo de Ciência e Responsabilidade, a ser assinado por todos os empregados ou prepostos do Contratado diretamente envolvidos na execução contratual.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Fiscalização

7.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, nos termos do art. 33 da IN SGD nº 94, de 2022, observando-se, em especial, as rotinas a seguir.

Fiscalização Técnica

7.6. O fiscal técnico do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, II, da IN SGD nº 94, de 2022, acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

7.7. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

7.8. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

7.9. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.11. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

7.12. O fiscal administrativo do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, IV, da IN SGD nº 94, de 2022, verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

7.13. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

7.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

7.15. Cabe ao gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, I, da IN SGD nº 94, de 2022:

7.15.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.15.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.15.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.15.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.15.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.15.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7.15.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7.16. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

Crítérios de Aceitação

7.17. A avaliação da qualidade dos produtos entregues, para fins de aceitação, consiste na verificação dos critérios relacionados a seguir:

7.18. Todos os equipamentos fornecidos deverão ser novos (incluindo todas as peças e componentes presentes nos produtos), de primeiro uso (sem sinais de utilização anterior), não recondicionados e em fase de comercialização normal através dos canais de venda do fabricante no Brasil (não serão aceitos produtos end-of-life).

7.19. O número de série de cada equipamento deve ser obrigatório e único, afixado em local visível, na parte externa do gabinete e na embalagem que o contém. Esse número deverá ser identificado pelo fabricante, como válido para o produto entregue e para as condições do mercado brasileiro no que se refere à garantia e assistência técnica no Brasil.

7.20. Serão recusados os produtos que possuam componentes ou acessórios com sinais claros de oxidação, danos físicos, sujeira, riscos ou outro sinal de desgaste, mesmo sendo o componente ou acessório considerado como novos pelo fornecedor dos produtos.

Procedimentos de Teste e Inspeção

7.21.. Serão adotados como procedimentos de teste e inspeção, para fins de elaboração dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo:

7.21.1. Para o recebimento provisório:

- a) conferência da quantidade entregue em relação à Ordem de Fornecimento de Bens (OFB);
- b) verificação da integridade física das embalagens e dos equipamentos;
- c) conferência de marca, modelo, capacidade, especificações técnicas e compatibilidade com os storages instalados;
- d) verificação de documentação fiscal, números de série e garantia do fabricante.

7.21.2. Para o recebimento definitivo:

- a) instalação ou conexão dos dispositivos ao ambiente de teste ou produção, quando aplicável;
- b) reconhecimento e funcionamento regular pelo equipamento de armazenamento;
- c) verificação de integridade, desempenho básico e ausência de defeitos de fabricação;
- d) validação das condições de garantia e suporte do fabricante;
- e) registro formal da aceitação mediante Termo de Recebimento Definitivo.

7.21.3. Constatadas irregularidades, os bens serão rejeitados total ou parcialmente, devendo ser substituídos pela contratada, às suas expensas, nos prazos estabelecidos neste Termo de Referência.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PROCEDIMENTOS PARA RETENÇÃO OU GLOSA NOS PAGAMENTOS

8.1. Nos casos de inadimplemento na execução do objeto, as ocorrências serão registradas pela Contratante, conforme a tabela abaixo:

Id	Ocorrência	Glosa / Sanção
1	Não prestar os esclarecimentos imediatamente, referente à execução do contrato, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidos no prazo máximo de (8) horas úteis.	Multa de (0,5) % sobre o valor total do Contrato por dia útil de atraso em prestar as informações por escrito, ou por outro meio quando autorizado pela Contratante, até o limite de (10) dias úteis.
		Após o limite de (10) dias úteis, aplicar-se-á multa de (5) % do valor total do Contrato.
2	Não atender ao indicador de nível de serviço IAE (Indicador de Atraso de Entrega de OS)	Glosa de (1) % sobre o valor da OS para valores do indicador IAE de 0,11 a 0,20.
		Glosa de (2) % sobre o valor da OS para valores do indicador IAE de 0,21 a 0,30.
		Glosa de (3) % sobre o valor da OS para valores do indicador IAE de 0,31 a 0,50.
		Glosa de (5) % sobre o valor da OS para valores do indicador IAE de 0,51 a 1,00.

		Multa de (10) % sobre o valor do Contrato e Glosa de (5) % sobre o valor da OS, para valores do indicador IAE maiores que 1,00.
...
N	Não cumprir qualquer outra obrigação contratual não citada nesta tabela.	Advertência. Em caso de reincidência ou configurado prejuízo aos resultados pretendidos com a contratação, aplica-se multa de (3) % do valor total do Contrato.

8.2. Nos termos do art. 19, inciso III da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, nos casos em que o Contratado:

8.2.1. não atingir os valores mínimos aceitáveis fixados nos critérios de aceitação, não produzir os resultados ou deixar de executar as atividades contratadas; ou

8.2.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para fornecimento da solução de TIC, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada;

8.3. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.4. serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.4.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.4.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.4.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.4.4. Multa:

8.4.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0.5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **10 (dez)** dias

8.4.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação

ou reposição da garantia;

8.4.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.4.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **5% (cinco por cento)** a **10% (dez por cento)** do valor da contratação.

8.4.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **10% (dez por cento)** a **20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

8.4.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **5% (cinco por cento)** a **10% (dez por cento)** do valor da contratação.

8.4.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **5% (cinco por cento)** a **10% (dez por cento)** do valor da contratação.

8.4.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **2% (dois por cento)** a **5% (cinco por cento)** do valor da contratação, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea:

8.5. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.6. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.7. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.9. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.10. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.10.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.10.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.11. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.11.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.11.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.11.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.11.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.11.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.12. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.13. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.14. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.14.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.15. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.16. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

9.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

9.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

9.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 3 (três) dias úteis.

9.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

9.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

9.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

9.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

9.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

9.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

9.12.1. o prazo de validade;

9.12.2. a data da emissão;

9.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

9.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

9.12.5. o valor a pagar; e

9.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

9.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

9.15.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

9.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

9.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

9.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

9.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

9.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

9.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI , mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA.

Forma de pagamento

9.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

9.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

Não se aplica ao caso concreto

Cessão de Crédito

9.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

9.27.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

9.27.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

9.27.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

9.27.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

9.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

9.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 16/03/2026.

9.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

9.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

9.32. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

9.33. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

9.34. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

9.35. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

9.47. O reajuste será realizado por apostilamento.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de Dispensa, por menor valor.

10.2. O fornecedor será selecionado por meio de contratação direta com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com base no seguinte fundamento: devido ao pequeno valor.

Forma de fornecimento

10.2 O fornecimento do objeto será integral.

Exigências de habilitação

10.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

10.4. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

10.5. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.7. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.8. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

10.9. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.10. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

10.11. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

10.12. Não se aplica, tendo em vista que o objeto da contratação consiste no fornecimento de bens comuns de tecnologia da informação (HDD e SSD), atividade que não está sujeita a autorização ou registro específico junto a órgão regulador.

10.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

10.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

10.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

10.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

10.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

10.24. Balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) iguais ou superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

10.25. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

10.26. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

10.27. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

10.28. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

10.29. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

10.30. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

10.31. Não se aplica, tendo em vista que o objeto da contratação consiste no fornecimento de bens comuns de tecnologia da informação, atividade que não exige registro ou inscrição em conselho ou entidade profissional específica.

Disposições gerais sobre habilitação

10.32. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.33. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.34. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.35. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.36. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 61.961,11 (sessenta e um mil novecentos e sessenta e um reais e onze centavos), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

12.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/unidade: 00001/120048;

II) Fonte de recursos: 1052000140;

III) Programa de trabalho: 6112 20XV 02;

IV) Elemento de despesa: 339030; e

V) Plano interno: LOG05022.

12.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

14. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

GLAUCIO RIBEIRO LIMA

Integrante Requisitante da Comissão de Análise e Planejamento da Contratação

THALLES RIBEIRO MARTINS

Integrante Técnico da Comissão de Análise e Planejamento da Contratação

PRISCILA SANTOS FERNANDES

Integrante Administrativo

JOSE ALEXANDRE COSTA CALDAS JUNIOR

Integrante Técnico da Comissão de Análise e Planejamento da Contratação

DENNIEL SANCHO ZORZAL ROSSI

Chefe da Divisão Técnica

Despacho: Com base no item 2 deste documento, onde foram motivadas a necessidade, a pertinência, a conveniência, a oportunidade e a relevância da futura contratação, aprovo este Termo de Referência



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	25. TR_120195-000056-2026
Data/Hora de Criação:	27/03/2026 13:12:44
Páginas do Documento:	23
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	24
Hash MD5:	7f5bc7debc28dd1231658b177f18f303
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten THALLES RIBEIRO MARTINS no dia 31/03/2026 às 11:01:02 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Primeiro Sargento JOSE ALEXANDRE COSTA CALDAS JUNIOR no dia 31/03/2026 às 11:04:06 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten GLAUCIO RIBEIRO LIMA no dia 31/03/2026 às 11:08:48 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Major PRISCILA SANTOS FERNANDES no dia 31/03/2026 às 13:38:48 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Ten Cel Eng DENNIEL SANCHO ZORZAL ROSSI no dia 31/03/2026 às 13:53:37 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Major BRUNO SILVA DO AMARAL no dia 01/04/2026 às 11:01:34 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cel ALINE C. LOPES CINALLI MEDEIROS FOGAÇA no dia 01/04/2026 às 11:27:07 no horário oficial de Brasília.

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO